

AS EXPOSIÇÕES COMO “FESTAS DA CIVILIZAÇÃO”: PORTUGAL NAS EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS (SÉCS. XIX-XX)*

*José Amado Mendes***

Neste artigo estudam-se as exposições internacionais/universais, como fenómeno de sucesso, ao longo de cerca de século e meio (1851-1998). Acontecimentos sociais por excelência, mobilizando grandes massas populacionais por todo o mundo, pelas referidas exposições têm passado alguns dos fenómenos mais marcantes da história contemporânea, de entre os quais se destacam os seguintes: relações comerciais e competitividade; nacionalismos e ideologias; inovação, publicidade e “marketing”; ciência e tecnologia; poder e espectáculo; urbanização e recuperação de zonas urbanas. Portugal, embora limitado por alguns condicionalismos, participou no mencionado processo, inclusive como organizador de dois daqueles certames: do Porto, em 1865 e de Lisboa, em 1998 (EXPO'98).

1. INTRODUÇÃO

Podem considerar-se diversos tipos de exposições, consoante a temática ou a própria área a que se reportam. Assim, no que concerne àquela, há, entre outras, exposições de arte ou bibliográficas, agrícolas, industriais ou de artigos diversos, específicos ou de carácter geral. Relativamente ao âmbito geográfico, umas são de índole *local* ou *regional* e outras, mais amplas,

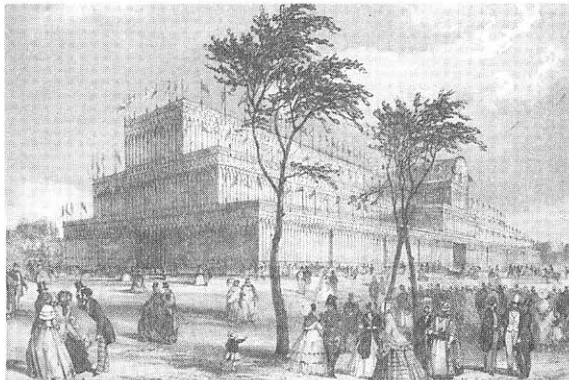
**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa; investigador do Centro Interdisciplinar do Século XX (CEIS 20).

enquadram-se num contexto nacional, *internacional* ou *universal*. Reportar-me-ei, de modo especial, a estas duas últimas.

Acrescente-se, porém, que a classificação de “internacional” ou de “universal” tem vindo a ser usada sem grande rigor conceptual, aplicando-se mesmo, de forma indiferenciada, a alguns eventos, tendo-se usado já, inclusive, em simultâneo, isto é, designando-se a mesma exposição *internacional* e *universal* (Exemplos: Exposição de Paris de 1900 e de Bruxelas de 1910)¹. Por vezes, as designações têm variado ainda de acordo com as respectivas áreas civilizacionais, verificando-se uma preferência dos países latinos pelo termo *universal* (de inspiração francesa), dos anglo-saxónicos pelo de *internacional* e dos Estados Unidos da América pela designação, aliás algo ambígua, de *World's Fair*² (por exemplo, a “World's Fair” de Nova Iorque, em 1939). Mas, que deve entender-se por “exposição internacional”?

A Convenção de Paris de 1928 (ratificada por Portugal através do dec. n.º. 19 421, de 6.3.1931) aprovou a seguinte definição:

«Considera-se *exposição internacional oficial ou oficialmente reconhecida* toda a manifestação, seja qual for a sua designação, para a qual são convidados países estrangeiros pelas vias diplomáticas, que tem, em geral, um carácter não periódico, cujo fim principal é mostrar os progressos realizados pelos diferentes países num ou mais ramos da produção e onde se não faz em princípio distinção alguma entre compradores e visitantes para entrada nos locais da exposição»³. A duração da mesma é, geralmente, de 5 a 6 meses.



1. **Palácio Cristal de Londres**, edificado para a primeira Exposição Universal de 1851. Monumento notável da arquitectura do ferro, da autoria do arquitecto Joseph Paxton, foi destruído por um incêndio, em 1936.

Após uma primeira fase de realização de certames a nível nacional (finais do século XVIII-primeira metade do século XIX), entra-se no ciclo das exposições internacionais, com a *Exposição de Londres de 1851*. O êxito do evento foi de tal ordem que, desde então até hoje – e já lá vai cerca de século e meio –, não mais deixou de repetir-se, com escassos anos de intervalo, salvo uma ou outra exceção (Ver, em anexo, a lista das principais Exposições Internacionais/Universais, 1851-2000).

O referido sucesso ficou a dever-se a diversos factores, com destaque para os de ordem cultural, socioeconómica e política. Culturalmente, além de um considerável progresso ao tempo registado por diversas ciências, o positivismo considerava que era através das exposições que se realizava espontaneamente a «síntese activa»⁴. Voltarei ao assunto. Do ponto de vista socioeconómico, o acelerado progresso da industrialização exigia a procura de novos mercados – numa altura em que ainda escasseavam os meios publicitários e de “marketing” –, a transferência de tecnologias inovadoras e, bem assim, a formação de mão-de-obra adequada. Em termos políticos, um certo nacionalismo – por vezes exacerbado – e o próprio imperialismo agudizavam as rivalidades entre nações que desejavam aproveitar todas as oportunidades para reforçarem, no âmbito internacional, a sua identidade, o seu prestígio e poder. A Conferência de Berlim, em 1884-85, e a consequente partilha da África enquadram-se nesse contexto. Cria-se, assim, uma espécie de “expomania”, denunciada pelo uso de várias expressões, como: “festas da civilização”, “festas da indústria”, “olimpíadas do trabalho”, “festas pacíficas e fraternais do trabalho universal” e “lutas gloriosas da civilização”. Além das exposições internacionais, tiveram igualmente lugar numerosas exposições no interior dos próprios países, de âmbito local, regional ou nacional. No caso português, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e outras localidades organizaram também os seus certames.

2. AS EXPOSIÇÕES COMO EVENTOS DE EXTRAORDINÁRIO SUCESSO

Não obstante o reduzido interesse que lhes tem sido dedicado pela historiografia portuguesa – tanto na investigação como no ensino –, as exposições constituem, efectivamente, acontecimentos da maior relevância na história contemporânea⁵. Como sublinha Marcel Galopin, «nas vésperas do século XXI, tal como no despontar do século XX, podemos continuar a afirmar que nenhum outro acontecimento mundial é capaz de provocar tal concentração humana durante seis meses»⁶. Recordar-se, a título de exemplo,

o elevado número de visitantes, desde a Expo de Bruxelas 1958 (41 milhões) e Montreal 1967 (50 milhões), às de Osaka 1970 (64 milhões, o que constitui, até hoje, recorde absoluto) e Sevilha 1992 (41 milhões)⁷, esperando-se na Expo '98, de Lisboa, cerca de 10 milhões e a representação de 146 países e organizações especializadas. Enquanto outros eventos da história contemporânea se apresentam datados, únicos ou em reduzido número – como as guerras mundiais, a crise de 1929 e as revoluções socialistas –, as exposições internacionais continuam a repetir-se, ainda que, obviamente, com as devidas adaptações aos novos tempos e condicionalismos, mas sem perderem uma certa identidade.

2.1. Pré-história das exposições

Ao invés do que sucedia com as feiras medievais – periódicas e com finalidades essencialmente comerciais –, nos finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, diversos países começaram a organizar as suas exposições. Além da França – onde, de 1798 a 1849, tiveram lugar onze exposições –, podem mencionar-se outros países, entre os quais: Inglaterra, Países Baixos, Confederação Germânica, Espanha e Portugal⁸.

Curiosamente, Portugal foi um dos pioneiros neste tipo de eventos, ao realizar em Oeiras, no tempo do Marquês de Pombal, uma exposição (1775-76). A propósito, lê-se no *Arquivo Pitoresco* (vol. VI, 1863):

«A vila de Oeiras viu dentro dos seus muros a primeira exposição industrial, que houve neste reino, e também a primeira, julgamos poder afirmá-lo, que se realizou na Europa»⁹. Estávamos na fase industrialista do consulado pombalino, tendo-se por isso determinado que «se fizesse, na vila de Oeiras, uma grande feira, à qual concorresse todo o género de produtos da indústria fabril portuguesa [...]. A feira foi, portanto, uma verdadeira e completa exposição de tudo o que se fabricava no país»¹⁰.

Por meados do século XIX, ao mesmo tempo que se sucediam, cada vez em maior número, as exposições nacionais – entre 1845 e 1850, realizaram-se certames em cinco cidades francesas –, entra-se num novo ciclo, ou seja, inicia-se propriamente a história das exposições internacionais.

2.2. O apogeu, na segunda metade de Oitocentos

Como já havia sucedido com a 1ª. revolução industrial (na segunda metade do século XVIII) e viria a acontecer, de novo, com a estruturação da

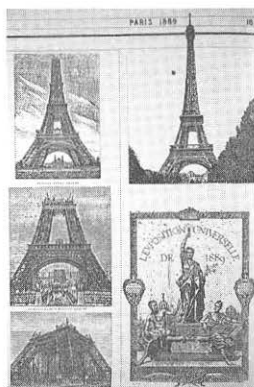
arqueologia industrial, como matéria de ensino e de investigação (anos 1950-60), coube à Grã-Bretanha dar o primeiro passo, no que toca às exposições internacionais/universais. Para isso contribuíram, sobretudo, os seguintes factores: a) a precocidade da sua revolução industrial, que contava já com mais de meio século e se encontrava em “velocidade de cruzeiro”, a exigir um certo grau de internacionalização (quanto a produtos e respectivo mercado, a tecnologias e a capital); b) o tradicional livre-cambismo britânico que, ao contrário do sucedido no Continente europeu, persistiu, sem grandes alterações, ao longo de todo o século passado (recordo, a propósito, os estudos de Paul Bairoch sobre o assunto); c) a necessidade de auto-afirmação no contexto internacional, não só relativamente à França, sua rival de longa data, como aos países que, entretanto, tinham iniciado igualmente a sua revolução industrial (Bélgica, Confederação Germânica e Estados Unidos da América do Norte). Numa altura em que as autoridades francesas discutiam a possibilidade de organizar uma exposição internacional (1849), a Inglaterra antecipou-se, tendo-se deliberado, pela primeira vez na história, «convidar todas as nações do mundo a participar»¹¹. A iniciativa deveu-se a Henry Cole – comissário da grande Exposição de Londres de 1851 – e ao Príncipe Alberto (1819-1861). A decisão foi tomada após a seguinte conversa entre ambos: «Aquele perguntou ao Príncipe se ele tinha considerado a possibilidade de a exposição ser nacional ou internacional. A França havia discutido se a sua própria exposição [de 1849] deveria ser internacional, mas preferiu que fosse apenas nacional. O Príncipe reflectiu um minuto, e em seguida disse: “ela tem de englobar produções estrangeiras”, para usar as suas palavras, ele acrescentou enfaticamente: “Internacional, certamente”»¹².

Surge, assim, não só a primeira como uma das mais célebres exposições internacionais, a *Grande Exposição de Londres de 1851*. Das nações convidadas, pelas vias oficiais, trinta e quatro – entre as quais Portugal – aceitaram fazer-se representar. E, fenómeno nunca visto até então, aquela registou o número – impressionante, para o tempo – de cerca de seis milhões e meio de visitantes.

Acrescente-se, porém, que a celebridade da primeira exposição internacional não se ficou a dever somente à grande afluência de países e de visitantes, mas também ao local e às próprias instalações. Com efeito, para ela foi construído propositadamente, no famoso Hyde Park – situado em local central da capital britânica –, o não menos famoso “Crystal Palace”, monumento industrial da arquitectura do ferro da maior relevância, o qual viria a ser destruído por um incêndio, em 1936. As suas dimensões, beleza e elegância, as inovações tecnológicas que revelava – resultantes de uma conjugação perfeita entre o ferro e o vidro e do uso, pela primeira vez e em grande escala, da pré-fabricação – transformaram-no num símbolo, objecto

de emulação e até de imitação, em vários países. Aliás o próprio edifício foi o responsável por uma larga percentagem das 6,5 milhões de visitas¹³.

O retumbante sucesso da Exposição de Londres de 1851 contribuiu seguramente para o período notável que se lhe seguiu, até finais do século XIX, o qual foi já classificado como «a idade de ouro» das exposições¹⁴. Efectivamente, diversas outras lhe sucederam, numa mobilização crescente de recursos e entusiasmo e até com algumas disputas entre cidades ou países candidatos a organizadores. Para me reportar apenas às mais importantes, recordo as seguintes, que tiveram como palco as cidades de: Paris (1855, 1867, 1878, 1889 e 1900), Londres (1862), Porto (1865), Viena (1873), Filadélfia (1876) e Chicago (1893). No total, o seu número, entre 1851 e 1900, totalizou 19, distanciadas por um intervalo médio de cerca de dois anos e meio. O número de entradas (nos 5-6 meses de cada um dos certames), embora com grandes variações de evento para evento, chegou a ultrapassar os 50 milhões, na de Paris 1900¹⁵.



2. A **Torre Eiffel**, marca significativa da Exposição Universal de Paris de 1889 (comemorativa do 1º. Centenário da Revolução Francesa), tornou-se o “ex libris” daquela cidade.

Tratava-se, pois, de excepcionais oportunidades, que os organizadores não deixaram de aproveitar, através de medidas várias e sempre cada vez mais inovadoras. De entre estas destacam-se as relativas ao espaço, à temática, aos eventos paralelos e à própria publicidade.

Assim, no que concerne ao *espaço*, após a realização das primeiras, abandonou-se a ideia de um único pavilhão, para se enveredar por pavilhões diversos, de acordo com as temáticas e, posteriormente, também com os países. Já na Exposição de Viena 1873 se apresentavam 200 pavilhões. Estes,

erguendo-se à volta de um núcleo principal, pertenciam a empresas privadas, contemplavam determinados temas ou sectores privilegiados da indústria¹⁶.

Quanto à *temática*, as exposições principiaram a ter igualmente um carácter evocativo-comemoracionista, associando-se a eventos significativos da história dos respectivos países organizadores. Essa nova estratégia – que, como se sabe, ainda persiste em nossos dias – surge na de Filadélfia 1876 (centenário da Fundação dos Estados Unidos da América), prosseguindo nas de Paris 1889 (centenário da Revolução Francesa), de Chicago 1893 (4º. centenário da chegada de Colombo à América, o qual havia ocorrido no ano anterior).

A fim de favorecer o diálogo entre as elites dos vários países, começaram também a organizar-se *congressos paralelos*, medida que viria a ter posteriormente um grande êxito. Aqueles tiveram início em Viena 1873, tendo o seu número aumentado substancialmente nas que se lhe seguiram: Paris 1878 (38 congressos internacionais), Paris 1889 (69, com 20 000 participantes) e Chicago 1893 (55, com 16 000 participantes)¹⁷.

Entretanto, os Estados Unidos da América apresentavam também inovações relevantes em alguns dos seus certames, entre as quais as de um pavilhão dedicado às mulheres (Filadélfia 1876) e um departamento de publicidade (Chicago 1893)¹⁸. Estes são alguns dos factores que constituíram o legado das exposições transmitido ao presente século, durante o qual vieram a alcançar extraordinária relevância.

2.3. Persistências e inovações no século XX

No século XX, as exposições continuaram a ter lugar e o mesmo se poderá prever em relação ao século XXI. Salvo certos períodos de maior instabilidade, nos inícios do século e, sobretudo, por alturas das 1ª. e 2ª. Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45), as exposições internacionais/universais foram-se sucedendo. Sob certos pontos de vista, prosseguiram algumas das tendências herdadas do século passado: aumento – ainda que de forma irregular – dos países participantes e do número de visitantes e, bem assim, diversificação dos países organizadores e das respectivas áreas geográficas. Nascidas na Europa e “exportadas”, pouco depois, para os Estados Unidos, viriam no nosso século a difundir-se não só por outros países da Europa (Bruxelas 1910 e 1958; Sevilha 1929 e 1992 e Barcelona 1929-30) e do Continente Americano (Rio de Janeiro 1908 e 1922; Buenos Aires 1960 e Montreal 1967), como pelo Extremo Oriente (Osaka 1970). Persistiu também o interesse, como factor de motivação e de justificação, em associar a

realização de exposições a grandes eventos da história nacional, do país organizador, ou da própria história universal. Como nota Galopin, a celebração de efemérides funciona como “alavanca”, para mobilizar o sentimento nacional. Por exemplo, a de S. Luís 1904 comemorava o centenário da aquisição à França, pelos Estados Unidos, da Luisiana; a de Rio de Janeiro 1922 evocava o 1.º centenário da independência do Brasil; enquanto as de Sevilha 1992 e Lisboa 1998 nos recordam, respectivamente, a chegada de Cristovão Colombo à América (1492) e de Vasco da Gama à Índia, por via marítima (1498). Contudo, as “expos” do nosso século não constituem, obviamente, meras cópias das suas antecessoras. Os seus organizadores têm tido a capacidade de as adaptar às novas circunstâncias e aos novos condicionalismos, residindo precisamente aí um dos principais motivos da sua vitalidade e longevidade. As inovações mais significativas dizem respeito aos espaços e ao urbanismo, às temáticas e aos métodos expositivos e de comunicação.

Quanto aos *espaços/urbanismo*, além de se ter acentuado a já referida tendência, dos pavilhões múltiplos, estes começaram a adquirir uma “imagem de marca” muito nítida, procurando-se, através da arquitectura, decoração e do método expositivo, identificar os respectivos países e a sua história. Para o efeito, passou a recorrer-se frequentemente aos arquitectos de maior prestígio que têm vindo a projectar para as exposições algumas das suas obras mais notáveis. Simultaneamente, as exposições começam a afastar-se do centro das cidades – por falta de espaço e condições adequadas –, para decorrerem nas periferias, dotadas de espaços e condições apropriadas.

Essa deslocação se, por um lado, facilitava como que a construção de uma nova “cidade” para cada exposição, por outro induziu a construção de dispendiosas e arrojadas infra-estruturas e, bem assim, de ousados arranjos urbanísticos. Em certos casos, como sucedeu com a nossa Expo’98, o evento serve também para reabilitar e dinamizar zonas carenciadas e subaproveitadas.

Este dinamismo já se podia constatar nos inícios do século XX, tendo continuado a acentuar-se até à actualidade. Assim, «o prolongamento do caminho-de-ferro do centro de Paris até à nova estação de Orsay e, principalmente, a construção das primeiras linhas subterrâneas do metropolitano tiveram como finalidade facilitar o acesso à exposição de 1900. A de 1905 em Liège constrói mais três pontes sobre o rio Meuse. Os trabalhos nos eixos rodoviários que saem de Milão são acelerados com vista à exposição de 1906 e não é por mera coincidência que o túnel de Simplon é inaugurado no mesmo ano». E acrescenta, a propósito, M. Galopin: «A cidade, o aglomerado populacional ou a região ganharão cinco, dez ou mais anos de modernização ou na amplificação de infra-estruturas. O argumento é

de peso. A exposição é uma ocasião única para as hostes dos eleitos locais e também uma excelente oportunidade – senão um pretexto – para os órgãos decisores em busca de acção ... ou de consideração»¹⁹. A Expo Lisboa'98, assim como a de Sevilha 92, são os exemplos mais próximos do tipo de revolução urbana e de infra-estruturas acima especificado.

Acerca das *temáticas*, o leque foi-se alargando, ao contemplar não só eventos históricos relevantes, como avanços tecnológicos, princípios e grandes coordenadas da Humanidade e do próprio Homem. Vejamos alguns exemplos: «Artes e Técnicas na Vida Moderna» (Paris 1937), «O Mundo de Amanhã» (Nova Iorque 1939), «Urbanismo e Habitação» (Paris 1947), «Balanço de um Mundo para um Mundo mais Humano» (Bruxelas 1958), «Progresso Humano na Harmonia» (Osaka 1970), «A Era das Descobertas» (Sevilha 1992) e «Os Oceanos, um Património para o Futuro» (Lisboa 1998)²⁰.

Por último, quanto aos *métodos expositivos* e de *comunicação*, as inovações têm sido extraordinárias, sobretudo nas últimas décadas. Os produtos e os produtores foram cedendo lugar, surgindo aquilo a que já se chamou “exposição sem expositor”. A tendência, que já começara a notar-se nos anos 1930, acentuou-se a partir dos anos 50. Deste modo, «produtores (de bens materiais, de serviços ou de ideias) e produtos estão ali para ilustrarem teorias, sistemas complexos, realizações de conjunto e, em última análise, apagam-se atrás de uma sucessão de quadros, de imagens e de representações de toda a ordem»²¹.

A *comunicação* tem sido extremamente aperfeiçoada, numa época em que as chamadas novas tecnologias – associadas aos meios audiovisuais – como que comandam as nossas vidas e em que o “marketing” e a publicidade procuram orientar os nossos gostos e preferências. Tendo em vista os largos milhões de visitantes das exposições internacionais, não surpreende que se invistam avultados recursos, materiais e humanos, no domínio da comunicação, para que as mensagens a transmitir possam alcançar, da melhor forma, o público-alvo a que se destinam. Em certo sentido, as exposições têm vindo a transforma-se cada vez mais em “espectáculos”, deixando de ser os “mostruários” oitocentistas de outrora. Trata-se da chamada “exposição-espectáculo”.

3. VECTORES ESSENCIAIS DAS EXPOSIÇÕES

Analisada, em linhas gerais, a evolução do fenómeno “exposições” no longo prazo – de aproximadamente dois séculos, ainda que com destaque

para a época das exposições internacionais/universais (1851-1998) –, foquemos seguidamente alguns dos seus vectores mais significativos, para que se obtenha uma compreensão mais completa da respectiva realidade. Como se procurará mostrar seguidamente, pelas exposições têm passado factores de natureza diversa, dos quais se referirão – e, ainda assim, de forma sucinta – apenas alguns.

3.1. Política e ideologia: a presença do nacionalismo

As exposições, como fenómenos de massa que são, devem parte do respectivo sucesso à forte adesão que encontraram junto da comunidade internacional, de governos, de organizações diversas – públicas, autarquias e privadas – e, naturalmente, da população, em geral. Em fenómenos deste alcance, a *ideologia* desempenha um papel fundamental. Ela constitui como que um cimento a ligar vontades, aspirações, desejos e expectativas, senão mesmo identidades.

Fundamental foi, pois, a ideologia do progresso. Daí a relevância que, nas diversas exposições, tem sido dada aos fenómenos de invenção e de inovação, nos domínios da tecnologia, da arte ou mesmo das transformações operadas nas actividades do quotidiano, do âmbito da chamada civilização material (ex.: os transportes e comunicações). Mas, como já foi sublinhado, «a ideologia do progresso dá lugar a outros valores que se impõem no mundo das exposições: [...] a importância crescente dada à componente educativa, às exigências pedagógicas no modo de apresentação». Entretanto, surgiu também a «ambição científica, mormente no domínio das ciências humanas e sociais (em Barcelona 1888 assiste-se, por exemplo, à criação de uma classe das “ciências morais, filosóficas e religiosas”)²².

Como já se referiu anteriormente, também a filosofia positivista valorizou o papel das exposições, no contexto da própria evolução histórica. Na linha de Augusto Comte, Teófilo Braga, no *Systema de Sociologia* (1908), afirma expressamente:

«A síntese activa está sendo realizada espontaneamente nas *Exposições*, formadas pelos produtos dos esforços pacíficos; a síntese afectiva, correspondendo às novas noções morais de solidariedade humana, manifesta-se pelos *Centenários* dos grandes homens e dos grandes sucessos; a síntese especulativa, como reconhecimento geral do poder espiritual da Ciência, efectua-se por meio de *Congressos*, em que a pátria se alarga na humanidade»²³.

Como vimos já, as exposições, não obstante constituírem os meios de realização da síntese activa, possibilitavam também a concretização dos dois outros tipos de sínteses – afectiva e especulativa –, através da comemoração de certos eventos e da realização de congressos, respectivamente. Além do que se acaba de expor, não devemos esquecer também as justificações de ordem moral, subjacentes às ideologias de suporte das exposições: «paz entre as nações, Educação (especialmente das massas) e Progresso»²⁴.

Também o nacionalismo – por vezes associado ao imperialismo, com a exibição de artigos coloniais²⁵ – se encontrava, regra geral, presente.

3.2. Economia: mercado e concorrência

A promoção de produtos e serviços, através das exposições – com o conseqüente potencial alargamento do respectivo mercado – é uma constante nas fontes que delas nos ficaram. Numa circular dirigida aos produtores portugueses, pelo Conselho director dos trabalhos preparatórios para a Exposição de Paris de 1878, pode ler-se:

«Mas não são unicamente os sentimentos da dignidade e da honra nacional, que nos instigam a concorrer à brilhante reunião, que as magnificências da França estão preparando; é também o interesse bem entendido, a justiça e nobre ambição de todos os que desejam distinguir-se com o intento de acrescentar licitamente a sua fortuna»²⁶.

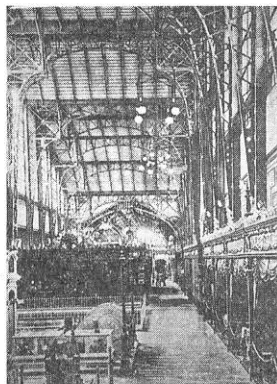
Acrescente-se, no entanto, que as exposições não se limitam a ser apenas mediadoras no campo comercial, pois induzem o desenvolvimento de países e regiões, quer fomentando a construção de infra-estruturas, quer captando divisas e dinamizando o turismo²⁷.

3.3. Ciência e tecnologia: divulgação de inventos excepcionais

Através dos congressos científicos, realizados aquando e no âmbito das exposições, a comunidade científica internacional trocava experiências, divulgava resultados das respectivas investigações. Por outro lado, os materiais publicados a propósito dos certames – actas, revistas, boletins informativos e obras, dos mais variados tipos – muito contribuíram para difundir conhecimento perante um público mais alargado, além daquele que teve oportunidade de estar presente nos locais das exposições. Sobre o assunto, destaca um autor:

«Tendo entrado há pouco tempo na era do Meiji [1868], o Japão envia a Viena, em 1873, 66 engenheiros que estudam as técnicas em exposição, visitam fábricas e estaleiros e, quando regressam, redigem... 96 volumes. Filadélfia, em 1876, e as exposições seguintes nos Estados Unidos constituem, para os Europeus, um vasto campo de observação do génio inventivo dos americanos»²⁸. Também entre nós, além de catálogos e relatórios, se produziram alguns importantes trabalhos, a propósito de certas exposições. Como exemplos, recordem-se *Notas sobre Portugal*²⁹ (Rio de Janeiro 1908) e um conjunto de monografias diversas (Exposição de Sevilha 1929)³⁰.

Relativamente aos inventos tecnológicos, as exposições serviram, não raro, para os divulgar em primeira mão ou ainda numa fase inicial dos mesmos. Entre muitos outros exemplos, podem mencionar-se: o dínamo de Gramme (Viena 1873), o telefone, as máquinas de escrever e de costura (Filadélfia 1876), o elevador (Paris 1878) e o fonógrafo (Paris 1889)³¹, assim como os raios X, a telegrafia sem fio e a sincronização do som com as imagens em movimento. A própria electricidade, que começa a “aparecer” ainda timidamente na expo Paris 1878, viria a ter já pavilhão próprio na de Chicago 1893, alcançando verdadeira consagração na de Paris 1900. Sobre a sua importância, no século XX – já baptizado, também, como o “século da electricidade” –, muito terão os futuros historiadores a dizer. Outros casos poderiam ser indicados, referentes às exposições posteriores.



3. Pavilhão da Electricidade, na Exposição Universal de Paris de 1900.

3.4. Educação e cultura

Além de veicularem conhecimentos científicos e tecnológicos, as exposições exerceram igualmente uma função pedagógica e cultural de alguma relevância. Por exemplo, «em Viena [1873], o sistema sueco de formação profissional, que alia a escola à oficina, servirá de modelo para outros países»³².

A convicção – muito em voga no século XIX – de que nas exposições se aprendia levava a que um número considerável de pessoas as visitasse com essa finalidade. Entre elas, encontravam-se estudiosos e intelectuais, jornalistas e políticos, cientistas, artistas e técnicos, empresários e operários, professores e alunos. Em diversos casos, ficaram-nos interessantes relatos do que viam e, também, de alguma frustração, devido ao desfazamento entre a realidade portuguesa e aquela que lhes era dado observar. Apenas a título de exemplo, podem indicar-se: *Uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889*, por A. E. de F. Cavaleiro e Sousa, da Sociedade de Geografia de Lisboa (Lisboa, Lucas & Filho - Editores, 1892, 455 p.) e uma série de artigos no jornal *A Federação*, da autoria de empresários e técnicos que tinham visitado a Exposição de Paris 1862. Por exemplo, num daqueles artigos (de 23.1.1864), a propósito do fabrico do tijolo, comenta-se: «O fabrico do nosso tijolo é muito inferior ao estrangeiro [...]. Eis aqui uma indústria que infelizmente está muito pouco desenvolvida no nosso país e que seria de grande utilidade, sobretudo para as províncias, onde a falta de pedra de construção e de cantaria é imensa, e onde se constroem casas de taipa, que não têm duração alguma comparativamente com a construção em tijolo». E acrescenta-se: «O tijolo *burro* vasado interiormente parece-me que ainda se não fabrica entre nós»³³.

A importação de tecnologia para as nossas indústrias, ainda insuficientemente estudada, teve vários veículos, entre os quais: empresários e técnicos estrangeiros que, pelo menos desde Pombal, se fixaram ou exerceram funções em Portugal; publicações de vária ordem; espionagem industrial; a diplomacia e as próprias exposições internacionais. José Silvestre Ribeiro, citando um “príncipe ilustrado”, escrevia, em 1885:

«A exposição universal não é unicamente um concurso de curiosidade; é também um ensino para a agricultura, para a indústria e para o comércio, bem como para todas as artes do mundo. Deve ser um vasto inquérito prático, um meio pelo qual as diferentes forças industriais se ponham em contacto»³⁴. Permitia exercer, como diríamos hoje, uma pedagogia de massas.

3.5. As exposições como factores de desenvolvimento

Pelo que sumariamente acaba de ser escrito, fácil será de inferir que as exposições têm constituído, efectivamente, factores de desenvolvimento. É que, além de movimentarem capital e saber-fazer, elas têm contribuído para difundir ciência e tecnologia, ideais e princípios, cultura e civilização material, ao mesmo tempo que têm ajudado a intensificar o diálogo entre povos e nações. Têm contribuído, pois, para a “cooperação internacional institucionalizada”. Por isso, já houve quem considerasse terem as exposições inspirado a criação da Sociedade das Nações (1919) e da própria Organização das Nações Unidas (1945). Sobre o papel das exposições, interroga-se M. Galopin: «Poderá então dizer-se que as exposições foram o grande factor da modernização?». E responde: «Prontas a captar os avanços da indústria, elas desempenharam, sem sombra de dúvida, um papel catalisador e contribuíram para a difusão das técnicas, dos processos e dos produtos»³⁵.

4. PAPEL DE PORTUGAL NAS EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS

Portugal tem participado, à sua maneira e de acordo com as disponibilidades, no processo evolutivo das exposições, acabado de sintetizar. Todavia, excluindo algumas achegas pontuais e parcelares, faltam-nos estudos de conjunto sobre a matéria. Não sendo possível, nas actuais circunstâncias, tratar o assunto com o desenvolvimento que merecia, apenas se focarão, sumariamente, alguns tópicos julgados pertinentes.

4.1. A participação portuguesa: condicionalismos socioeconómicos e político-ideológicos

Como se disse já, Portugal, salvo raras excepções, fez-se representar nas exposições internacionais, logo desde a de Londres 1851. Além das condições gerais favoráveis à já referida “expomania”, também as circunstâncias internas induziram a que se prestasse a devida atenção às novas “fontes da civilização e do trabalho”. Com efeito, não só o fontismo (precisamente a partir de 1851) se apresentava como o arauto e o impulsionador dos “melhoramentos materiais”, como a industrialização entrava, pela mesma cultura, numa fase de relativa aceleração. Daí que as comissões preparatórias, como as próprias delegações portuguesas às

exposições, tivessem integrado algumas das maiores autoridades, nos diversos domínios relacionados com o desenvolvimento. De facto, das ditas comissões/delegações constam nomes como, entre outros: João Andrade Corvo, Sebastião José Ribeiro de Sá, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, António Augusto de Aguiar, Rafael Bordalo Pinheiro, Rodrigo de Moraes Soares, Gerardo Augusto Pery, Conde de Farrobo e José Ferreira Pinto Basto. Nos inícios do presente século, as delegações portuguesas às Exposições de S. Luís 1904 e do Rio de Janeiro 1908 foram chefiadas, respectivamente, por Cincinato da Costa e por António Arroio.

Dado que os produtos portugueses remetidos para as primeiras exposições (décadas de 1850-1880) eram predominantemente agrícolas, artesanais ou artísticos, a colaboração de muitos dos indivíduos indicados – pela sua formação, conhecimento e actividades desenvolvidas, no âmbito da indústria – revela bem o interesse que havia em seleccionar pessoas que pudessem colher, nas exposições, conhecimentos susceptíveis de impulsionar a industrialização.

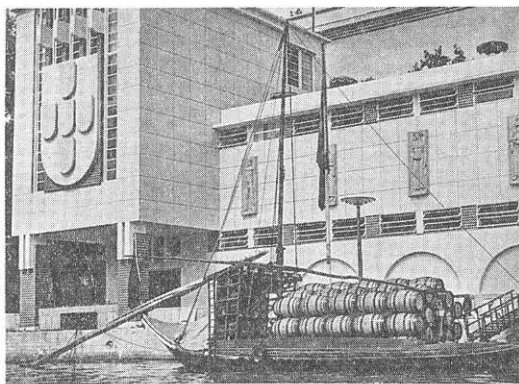
Alguns dos visitantes, ao regressarem, não deixavam de constatar as diferenças de desenvolvimento verificadas e de ajuizar do “estado da arte”, em Portugal, relativamente ao de outros países. Por exemplo, Cavaleiro e Sousa, após ter apreciado, na Exposição de Paris 1889, o progresso introduzido em todos os ramos da indústria e da arte, sublinhava: «aperfeiçoamentos, não tanto pelo proteccionismo – incentivo de ordinário contraproducente –, mas pelos conhecimentos práticos modernos, que não possuímos, salvo em pequeníssima escala, quando todos os países que, bem administrados, procuram dar sólidas bases à sua riqueza, tratam com o máximo empenho de abrir escolas precisas para esse fim»³⁶.

Numa altura em que a máquina era “rainha” – merecendo, por isso, pavilhões especiais nas exposições (anos 1880-1990) –, o autor citado lamentava o facto de Portugal, na Expo’Paris 1889, ter apresentado somente um «pequeno tear de madeira, bastante rudimentar e usado pelas populações rurais –, onde algumas daquelas nações figuram esplendidamente no ramo máquinas» –, o qual apenas tinha um valor etnográfico³⁷. Independentemente da modéstia dos produtos portugueses expostos, o autor destacava as vantagens de se visitar a exposição, uma vez que nela se encontrava «o que não seria possível ver, nas suas respectivas proveniências, em dez anos de estudos e viagens»³⁸.

Na Exposição de S. Luís (1904), o P^c. Himalaia apresentou um invento muito apreciado – o *pirelióforo* –, que obteve um grande prémio³⁹. À medida que avançamos nas exposições do nosso século, os produtos e a tecnologia industriais começam a ficar “ofuscados”, face a outras temáticas. Por exemplo, a realidade colonial – numa fase em que se aproximava um

processo de intensa descolonização – merecia especial atenção (anos 1920 e 1930)⁴⁰, tendo-lhe sido dedicada a própria Exposição Colonial de Paris de 1931.

Também, pela mesma altura, as delegações portuguesas passaram a contar menos com a participação de intelectuais, artistas e cientistas e mais com a de políticos. Assim, enquanto a Exposição Ibero-Americana de Sevilha 1929 foi chefiada pelo brigadeiro Manuel Silveira de Azevedo e Castro⁴¹, as de Paris 1937 e Nova Iorque 1939 teriam como comissário geral o próprio António Ferro. Mais do que os nossos produtos, o que interessava fundamentalmente apresentar e elogiar era o próprio Estado Novo – em plena fase de reforço e consolidação – e a sua obra de renovação. A propósito, António Ferro – director do Secretariado da Propaganda Nacional e comissário português à Exposição de Paris 1937 – afirmava claramente:



4. **Pavilhão de Portugal** (de Keil do Amaral), na Exposição Universal de Paris de 1937.

«Uma exposição internacional em Paris, no ano de 1937, é uma óptima tribuna, um pretexto admirável para cada país fazer o balanço, diante do Mundo, da obra já realizada dentro de caminhos novos». E acrescentava, justificando a adequação da perspectiva seguida por Portugal, à temática da exposição: «Artes Técnicas na Vida Moderna, permite-nos, justamente sair das impressionantes evocações do nosso passado, necessárias mas já erguidas magistralmente em Sevilha e Paris [1929 e 1931], para fazer a demonstração, numa dúzia de gráficos e de sínteses, aos raros que ainda têm dúvidas sobre a nossa ressurreição. Aos que não acreditam que façamos boa figura, no campo das actividades modernas, lembramos-lhes, apenas, que a técnica financeira e a técnica política (incluída a corporativa) estão dentro do espírito do programa da Exposição»⁴². Por sua vez, na inauguração do pavilhão de

Portugal na Exposição de Nova Iorque 1939, António Ferro voltava a referir-se «ao carácter espiritual da representação portuguesa, fazendo um rápido balanço da obra social do Estado Novo e da sua contribuição para a civilização actual»⁴³.

Em suma: a ideologia continuava a estar presente, mas agora já não tanto em termos internacionalistas – ideia de progresso, educação das massas, paz, etc. –, mas numa *óptica eminentemente nacionalista*, de acordo com a política de autarcia então adoptada pelo Estado Novo.

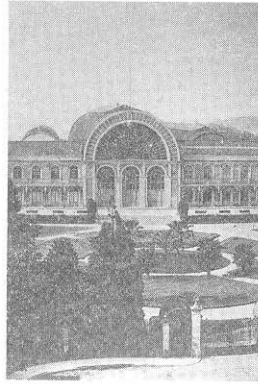
Já nos anos 1950 – Exposição de Bruxelas 1958 –, num contexto internacional diferente e também com algumas modificações a nível nacional, se passou a prestar mais atenção aos produtos da indústria portuguesa (metalurgia, metalomecânica, têxteis, etc.)⁴⁴. Na sessão de encerramento do referido certame, o então Ministro da Economia, J. N. Ferreira Dias, ao receber a estrela de ouro conquistada pelo pavilhão nacional, afirmava, citando palavras que escrevera em 1945: «As feiras de amostras nunca interessaram ao nosso País; e daí é forçoso concluir que ele não tem nada que mostrar ou não tem necessidade de vender». E acrescentava Ferreira Dias, pouco depois: «É necessário, como condição fundamental da vida, vendermos mais para comprarmos mais [...]. A sobrevivência de um povo não é automática; tem que ser conquistada pelo prestígio da cultura e pela força da economia, uma e outra frutos do trabalho – um trabalho penoso, por vezes ingrato, como o é quase sempre a luta pela vida»⁴⁵.

Tratava-se, pois, de um novo discurso e de uma nova perspectiva, apontando para um certo surto industrialista que já se encontrava em marcha e que viria a intensificar-se nos anos 1960. Há mesmo quem defenda que, a falar-se de “revolução industrial” no nosso País, ela só nessa altura terá tido lugar.

4.2. Portugal como organizador de exposições (em 1865 e 1998) e como membro do BIE (Bureau International des Expositions)

Portugal não se tem limitado a participar na maior parte das exposições internacionais/universais realizadas. Foi também *organizador* de duas delas, no *Porto, em 1865*, e em *Lisboa, em 1998*.

Sobre a primeira pouco se dirá, já que, além das fontes disponíveis para o seu estudo, lhe foi recentemente dedicada uma obra (*Porto 1865. Uma Exposição*, Lisboa, Expo’98, 1994) e, bem assim, uma exposição no Museu Soares dos Reis (1994).



5. **Palácio de Cristal do Porto** (nos inícios do século XX), construído para a primeira Exposição Internacional da Península Ibérica (Porto, 1865), lamentavelmente demolido em finais de 1951 e inícios de 1952.

Registe-se, apenas, que se tratou de uma iniciativa arrojada, levada a cabo passados somente 14 anos após a primeira realização do género (Londres 1851), por um país e uma cidade cuja industrialização se encontrava ainda numa fase relativamente incipiente. O modelo londrino esteve presente, inclusive na edificação do *Palácio de Cristal* para a acolher, cujo projecto e o próprio ferro vieram, igualmente, de Inglaterra. Pena foi que, no final de 1951 e inícios de 1952, aquele tivesse sido demolido, dando-se assim um fim inglório a uma das nossas jóias da arquitectura do ferro. Como afirmou José-Augusto França, «grave perda sofreu com isso o património portuense e nacional»⁴⁶.

Fizeram-se representar dez países e alguns territórios, nesta que foi a primeira exposição internacional levada a cabo na Península Ibérica. O certame, mais do que ostentar progressos alcançados, serviu essencialmente para detectar desfasamentos e assimetrias no desenvolvimento, entre Portugal e alguns dos países representados. Constituiu, assim, um estímulo e lançou um repto. Como já foi destacado, «o país teve ocasião de ver ali com os olhos da análise a diferença profunda que ainda distancia certos artefactos de procedência estrangeira, dos análogos de origem portuguesa, e deduzir dessa inspecção e confronto ensinamentos úteis que o hão-de guiar, sem dúvida, no futuro desenvolvimento do trabalho nacional». Assim sendo, acrescentava-se: «o seu valor não é do presente [1865], é do futuro»⁴⁷.



6. Vista geral da EXPO'98 de Lisboa (captada do teleférico, em 19.07.1998).

Quanto à *Expo'98*, será cedo para fazer a sua história. Contudo, desde já se podem salientar alguns pontos: a) a capacidade organizativa que contribuiu para que a realização da mesma fosse atribuída a Portugal, perante outros concorrentes, à primeira vista mais fortes; b) a substancial adesão de países e organismos internacionais (146, como se disse já, o que fica a constituir um recorde); c) a estratégia seguida, segundo a qual não se procurou apenas um espaço disponível – como sucedeu com o da ilha da Cartuxa, na Sevilha 1992 –, mas uma zona (oriental de Lisboa) a necessitar de uma profunda transformação urbanística, o que virá a ser ponto de partida para o desenvolvimento de um novo e dinâmico pólo urbano.

Resta acrescentar que Portugal, como membro do Bureau Internacional des Expositions (BIE), integrou o grupo de 40 países que assinaram a convenção de 1928 e, bem assim, as que se lhe seguiram, sobre as referidas exposições⁴⁸.

4.3. Legado das exposições

Ainda não existe um inventário do património industrial legado pelas exposições. Como estas têm sido estudadas fundamentalmente por historiadores – e não tanto por arqueólogos industriais –, tem sido dedicada pouca atenção às fontes materiais deixadas por aquelas. Sabe-se, no entanto, que muitas delas deixaram estruturas permanentes, utilizadas ou reutilizadas para além dos cerca de 6 meses dos respectivos certames. Entre aqueles

contam-se: galerias, museus, áreas de exposição geral, estações de caminho-de-ferro e do metropolitano, pontes, parques e alojamentos⁴⁹.

A tendência é para que, de futuro, seja possível utilizar posteriormente infra-estruturas das exposições, otimizando, desse modo, os avultados recursos investidos. A despeito de alguns problemas ainda por solucionar, na área da Expo Sevilha 1992, a instalação de algumas instituições de investigação e ensino e a própria “Ilha Mágica”, inaugurada em 1997, integra-se na tendência acabada de referir. Também da Expo Lisboa 1998 resultarão diversas estruturas permanentes, cuja utilidade ultrapassará, em muito, o período de Maio a Setembro de 1998.

Como é do conhecimento geral, algumas estruturas, construídas para certas exposições – caso da Torre Eiffel, Paris 1889, entre outras –, tornaram-se simbólicas e como que “ex libris” das próprias cidades onde aquelas tiveram lugar.

4.4. Que futuro para as exposições internacionais?

É sempre arriscado falar do futuro, nem essa é, tão-pouco, a minha vocação. Porém, no caso das exposições, pode acrescentar-se que, elas próprias – salvo a ocorrência de circunstâncias imprevisíveis – terão futuro. Com efeito, encerrada a de Lisboa (Setembro de 1998), avizinha-se a de *Hanôver 2000*, a qual promete deixar um Museu para o Futuro, assim como a nossa nos legou um Museu dos Oceanos.

Apesar de já se terem perfilhado candidatos a organizadores para além do ano 2000 (isto é, para o século XXI), aquelas começarão então a ter uma periodicidade quinquenal. Sobre o assunto informa M. Galopin: «A moratória de 1993 banuiu todos os projectos para o período 2001-2004, não sendo assim possível nenhuma candidatura antes do ano 2005, ano que marca o início de um ciclo quinquenal, considerado satisfatório pelos Estados membros (poucas foram as alternativas propostas) e capaz de conciliar os potenciais países organizadores e os países participantes»⁵⁰.

5. CONCLUSÃO

Poder-se-á ter esperanças de que as *exposições* possam vir a constituir um antídoto ao «choque das civilizações», “anunciado” por Samuel P. Huntington?

Seria ousado responder afirmativamente, sem fazer quaisquer outras considerações. Por outro lado, também seria pedir àquelas mais do que,

efectivamente, elas poderão dar. Contudo, atrevo-me a admitir que as exposições possam funcionar, não como o antídoto mas como *um* contributo para evitar o referido choque. A sua função, ao possibilitar e promover o diálogo e o encontro entre pessoas, comunidades, nações, civilizações, culturas e povos, poderá revelar-se de certa importância, complementando, assim, as acções levadas a cabo por outros organismos/instituições dedicados mais especificamente a promover e assegurar a paz e a solidariedade internacional.

A concluir, permita-se-me que transcreva as palavras finais com que o autor citado termina, também, a sua aliciante obra:

«Na era emergente, choques de civilizações são a grande ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional, baseada nas civilizações, é a salvaguarda mais segura contra a guerra mundial»⁵¹.

NOTAS

* O trabalho que ora se publica, ampliado e anotado, começou por ser apresentado, através de duas conferências, proferidas no Porto e em Lisboa (em 5 e 15 de Maio de 1998, respectivamente), no âmbito do “Encontro Educação - História”, promovido pela Porto Editora.

¹ Marcel Galopin, *As Exposições Internacionais do século XX e o BIE* (trad. do francês), Lisboa, Expo'98, 1997, p. 11.

² M. Galopin, *ibidem*.

³ Francisco Carmo e Cunha, *Regulamento das Exposições Internacionais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 9.

⁴ José M. Amado Mendes, «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, 1979, p. 36, nota 4.

⁵ Paul Greenhalgh, *Ephemeral vistas. The Expositions Universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851-1939*, Manchester University Press, 1988, p. 1 e 225.

⁶ M. Galopin, *op. cit.*, p. 233.

⁷ M. Galopin, *op. cit.*, p. 232.

⁸ M. Tamir, *Les Expositions Internationales à travers les âges*, Paris, Galerie Jeanne Bucher, 1939, p. 15-29; P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 3-9.

⁹ I. de Vilhena Barbosa, «Fragmentos de um roteiro de Lisboa (Inédito). Arrabaldes de Lisboa. Paço d'Arcos, Oeiras e Carcavellos», *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1863, p. 386.

¹⁰ I. de Vilhena Barbosa, *ibidem*.

¹¹ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 10.

¹² P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 11-12.

¹³ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴ M. Galopin, *op. cit.*, p. 15-21.

¹⁵ M. Tamir, *op. cit.*, p. 187.

¹⁶ M. Galopin, *op. cit.*, p. 26.

¹⁷ M. Galopin, *idem*, p. 27-28.

¹⁸ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 39 e 174.

¹⁹ M. Galopin, *op. cit.*, p. 99-100.

- ²⁰ M. Galopin, *op. cit.*, p. 287-291.
- ²¹ M. Galopin, *op. cit.*, p. 166.
- ²² M. Galopin, *op. cit.*, p. 26.
- ²³ Teófilo Braga, *Systema de Sociologia*, Porto, Livraria Chardron, 1908, p. 17 (actualizámos a ortografia).
- ²⁴ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 16-17.
- ²⁵ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 52-81 (cap. 3: «Imperial display»).
- ²⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), IV, 1^a. E, doc. de Maio de 1877.
- ²⁷ Brigitte Schroeder-Gudehuset Anne Rasmussen, *Les Fastes do Progèss. Le guide des Expositions Universelles. 1851-1992*, Paris, Flammarion, 1992, p. 6.
- ²⁸ M. Galopin, *op. cit.*, p. 19.
- ²⁹ *Notas sobre Portugal, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.
- ³⁰ *Portugal. Exposição Portuguesa em Sevilha*, vols. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.
- ³¹ M. Galopin, *op. cit.*, p. 18. A propósito do assunto, ver ainda Göran Ahlström, *Technological Development and Industrial Exhibitions, 1850-1914*, Lund University Press (Suécia), 1995.
- ³² M. Galopin, *op. cit.*, p. 19.
- ³³ «Exposição Universal de Londres. Relatório dos industriaes de Lisboa», *A Federação*, vol. VIII, de 23.1.1864, p. 199.
- ³⁴ José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, t. XIII, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1885, p. 103.
- ³⁵ M. Galopin, *op. cit.*, p. 18.
- ³⁶ A. E. de F. Cavaleiro e Sousa, *Uma visita à Exposição Universal de Paris*, p. 292.
- ³⁷ A. E. de F. Cavaleiro e Sousa, *op. cit.*, p. 299-300.
- ³⁸ *Idem*, p. 11.
- ³⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Verbo, 1987, p. 463.
- ⁴⁰ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 68; M Galopin, *op. cit.*, p. 157.
- ⁴¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1997, p. 316.
- ⁴² «Portugal participa neste grande certame internacional», *Indústria Portuguesa*, 10^o. ano, n^o. 109, Março 1937, p. 34.
- ⁴³ «Nos Estados Unidos», *Indústria Portuguesa*, ano 12^o, n^o. 135, Maio de 1939, p. 48.
- ⁴⁴ «A representação das indústrias nacionais na Exposição Universal de Bruxelas», *Indústria Portuguesa*, n^o. 362, Abril 1958, p. 135-136.
- ⁴⁵ «A sessão de encerramento e a entrega dos prémios da Exposição de Bruxelas», *Indústria Portuguesa*, ano 32, n^o. 373, Março de 1959, p. 83-85.
- ⁴⁶ *Porto 1865. Uma Exposição*, p. 36.
- ⁴⁷ *Idem*, p. 143-144.
- ⁴⁸ M. Galopin, *passim*.
- ⁴⁹ P. Greenhalgh, *op. cit.*, p. 49.
- ⁵⁰ M. Galopin, *op. cit.*, p. 266. No Japão, na província de Yamaguchi, realizar-se-á a Expo 2001, de carácter distrital, ainda que com participação internacional. No mesmo país (nas montanhas de Aichi), em 2005, ocorrerá mais uma exposição universal («Responsáveis japoneses querem aprender com a Expo-98. “Kanpai” e “Sake” ao sucesso da Expo-2001», *Público*, de 01.08.1998, p. 31).
- ⁵¹ Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon & Schuster, p. 321 (Fiz uma recensão a esta obra, na *Gestão e Desenvolvimento*, 5-6, 1996-97, p. 318-322; acaba também de ser publicada tradução da mesma, pela Gradiva, Lisboa, 1999).

ANEXO

**PRINCIPAIS EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS/UNIVERSAIS
(1851-2000)**

ANO	CIDADE	PAIS
1851	Londres	Grã-Bretanha
1855	Paris	França
1862	Londres	Grã-Bretanha
1865	Porto	Portugal
1867	Paris	França
1873	Viena	Austria
1876	Filadélfia	Estados Unidos da América (EUA)
1878	Paris	França
1889	Paris	França
1893	Chicago	EUA
1897	Bruxelas	Bélgica
1900	Paris	França
1904	S. Luís	EUA
1906	Milão	Itália
1910	Bruxelas	Bélgica
1915	S. Francisco	EUA
1925	Paris	França
1929	Sevilha	Espanha
1929-30	Barcelona	Espanha
1931	Paris	França
1935	Bruxelas	Bélgica
1937	Paris	França
1939	Nova Iorque	EUA
1958	Bruxelas	Bélgica
1962	Seattle	EUA
1967	Montreal	Canadá
1970	Osaka	Japão
1985	Tsukuba	Japão
1992	Sevilha	Espanha
1996	Budapeste	Hungria
1998	Lisboa	Portugal
2000	Hanôver	Alemanha

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cristina Ferreira de (1995), *Exposições universais. Barcelona 1929*, Lisboa, Expo'98.
- Catálogo oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865* (1865), Porto, Typographia do Commercio.
- COSTA, Marques da (org.) (1939), *Portugal in New York World's Fair 1939*.
- CUNHA, Francisco Carmo e (1933), *Regulamentação das Exposições Internacionais*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Exposição Portuguesa em Sevilha. 1930. Monografias* (1929), vols. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Exposição Portuguesa em Sevilha. Catálogo oficial* (1929), Lisboa, Comissariado Geral da Exposição Portuguesa em Sevilha.
- Exposiciones (Les) Universelles. Catedra de Urbanistica I. Curso 1984/85. E.T.S.A. de Madrid* (1986), Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid. Col. Catedras nº. 8.
- Exposition Coloniale Internationale de Paris (Section Portugaise). Catalogue Officiel* (1931), Paris, Commissariat Général du Portugal à l'Exposition Coloniale Internationale Paris.
- GALOPIN, Marcel (1997), *As Exposições Internacionais no século XX e o BIE* (trad. do francês), Lisboa, Expo'98.
- GRANDAS, M. Carmen (1988), *L'Exposició Internacional de Barcelona de 1929*, Barcelona, Els Llibres de la Frontera.
- GREENHALGH, Paul (1988), *The Expositions Universelles, Great exhibitions and world's fairs, 1851-1939*, Manchester, University Press.
- GUERREIRO, António (1995), *Exposições universais. Paris 1900*, Lisboa, Expo'98.
- LEITÃO, Nicolau Andresen (1994), *Exposições universais. Londres 1851*, Lisboa, Expo'98.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha (1998), «Exposições, indústria e turismo. Reflexões sobre um tema da actualidade», Jorge Fernandes Alves (coord.), *A indústria portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 a 5 de Dezembro de 1997*, Porto, Centro Leonardo Coimbra/Faculdade de Letras do Porto, 1998, p. 459-468.
- MARTINS, Rui Cardoso (1996), *Exposições Universais. Nova Iorque 1939*, Lisboa, Expo'98.
- MENDES, José M. Amado, «Exposições (nacionais, internacionais e universais)», a publicar no *Dicionário da Geração de 70* (no prelo).
- MENDES, José M. Amado (1979), «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, p. 35-55.
- MENDES, José M. Amado (1993), «Exposições Universais na Europa (1851-1900): dinâmica de uma cultura científica e material», *Munda*, 25, p. 5-15.

- OLIVEIRA, Rosa Neves de (1996), *Exposições Universais. Paris 1937*, Lisboa, Expo'98.
Porto 1865. Uma exposição(1994), Lisboa, Expo'98.
- REIS, Patrícia (1994), *Exposições universais. Paris 1889*, Lisboa, Expo'98.
- SANTOS, Ary (1954), *Portugal nas Exposições Universais de Paris e S. Luís e na Nacional do Rio de Janeiro*, Porto, Publ. da Sociedade Portuguesa de Numismática, XXX.
- SANTOS, Rui Afonso (1996), «Exposições internacionais», Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1866), *Visitas à Exposição de 1865*, vol. 1º., 2ª. ed., Lisboa, François Lallement.
- SOUSA, A. E. de F. Cavalheiro e (1892), *Uma visita à Exposição universal de Paris de 1889*, Lisboa, Lucas & Filho - Editores.
- TAMIR, M. (1939), *Expositions Internationales à travers les âges*, Paris, Galerie Jean Jeanne Bucher.